

Benefícios da ação coletiva na agricultura familiar: um estudo no perímetro irrigado do Rio Limpopo, Gaza, Moçambique

RESUMO

Nesta pesquisa procurou-se analisar as formas de cooperação e os benefícios da ação coletiva em agricultores familiares de arroz no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo em Moçambique. Em termos metodológicos, fez-se pesquisa qualitativa, com recurso a dados secundários resultantes da pesquisa bibliográfica e documental, e dados primários provenientes da aplicação de questionário a uma amostra por acessibilidade de 242 agricultores familiares e aplicação de entrevista a 6 responsáveis de associações de agricultores, com o objetivo de descrever e explicar as formas de cooperação e benefícios das ações coletivas nesses grupos. Os resultados mostram que existe cooperação na região em análise, resultando do associativismo nas atividades agrícolas, que gera benefícios para os agricultores no que se refere ao acesso a tecnologia e recursos, aumento do volume de produção, acesso a informação, inclusão na cadeia produtiva, acesso mercados maiores, aumento da renda, e a redução de riscos de mercado. Ademais, ficou vincado que tal cooperação não tem ajudado os agricultores familiares na obtenção de certificações do seu produto, assim como a reduzir os riscos de produção, relacionados ao clima, doenças, pragas.

PALAVRAS-CHAVE: associativismo, cooperação, agricultores, agroindústrias.

Alex Orlando Ndava

alexndava92@gmail.com

Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
Moçambique.

Cleyzer Adrian Da Cunha

cleyzer@ufg.br

Universidade Federal de Goiás. Goiânia.
Goiás. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Em Moçambique cerca de 83% da população sobrevive com base na agricultura familiar, feita principalmente em regime de sequeiro, que para Marassiro, Oliveira e Pereira (2021) é praticada majoritariamente pelo setor familiar que ocupa cerca de 90% da área arável em uso, produzindo em parcelas pequenas (em média abaixo de 2 ha), com baixo uso de tecnologias modernas ou tecnologias não apropriadas as realidades desses agricultores.

Na atualidade, as propriedades de produção rural têm provocado pesquisas científicas que revelam diferentes formas de atuação da agricultura familiar, onde além de sua importância econômica e social, têm se verificado maior preocupação em agir de forma coletiva. Segundo Tierling e Schmidt (2017), o termo “ação coletiva” remete ao entendimento de uma atuação grupal ou ainda um ato cometido ou provocado por duas ou mais pessoas. Na agricultura, o termo “ação coletiva” remete a reunião de esforços individuais de agricultores que resulte em atuação grupal nas atividades agrícolas, busca por recursos, e troca de experiências com diversificados agentes de interesse.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as formas de cooperação e os benefícios da ação coletiva em agricultores familiares de arroz no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo em Moçambique.

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural “SENAR” (2011), o princípio do associativismo e cooperativismo constituem ações coletivas de relevância aos produtores rurais.

Na realidade moçambicana tem sido recorrente a organização de agricultores familiares em associações e cooperativas; o mesmo acontece no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo em Moçambique em todas as culturas; na produção do arroz, foco desta pesquisa, os agricultores estão organizados em casas agrárias e blocos de rega onde são encontradas diversificadas associações de agricultores, o que induz a predominância de ações coletivas naquela região.

A pesquisa está subdividida em 6 seções, a saber: na primeira se apresenta a introdução; na segunda, a revisão da literatura com abordagens sobre agricultura familiar e a teoria sobre ações coletivas; na terceira, a metodologia de pesquisa com os caminhos metodológicos seguidos para a materialização da pesquisa; na quarta, se apresenta os resultados e discussão, com foco nas formas de cooperação e benefícios de ações coletivas; na quinta, a conclusão; e na sexta, as referências bibliográficas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Agricultura Familiar

No Brasil, as discussões sobre agricultura familiar aparecem desde os anos de 1990 até 1995 com o redescobrimto da agricultura familiar, caracterizado pelos embates políticos e acadêmicos quando se firma no campo social, sindical e acadêmico (Picolotto, 2011; Favareto, 2006; Santos 2001); passando pela criação

do PRONAF¹ em 1996 através do Decreto nº 1.946 (Mattei, 2011), reconhecendo-se deste modo a expressividade da agricultura familiar que culminou com a sua institucionalização através da Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006; e continuam com os debates sobre o lugar e o desempenho da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro.

Segundo Lamarche (1997) a exploração familiar corresponde à unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho são intimamente ligados à família. Para Carneiro (1999) agricultura familiar deve ser entendida como unidade de produção em que estejam intimamente relacionados: trabalho, terra e família. Para Wanderley (2001), na agricultura familiar, além da relação família-produção-trabalho, consequências no modo como a família age econômica e socialmente, a expectativa é de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção pela geração atual possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo-se assim a sobrevivência imediata bem como a reprodução das gerações subsequentes.

Kageyama et al. (2013) procuram categorizar o estabelecimento familiar como:

- a) Assentados: estabelecimento originário de projeto de assentamento;
- b) Exclusivamente familiar: opera apenas com mão de obra da família do produtor, sem nenhum tipo de pessoa contratada; e
- c) Familiar com contratado ou “misto”: mão de obra contratada, em quantidade menor que ou igual, em equivalentes/ano, à mão de obra familiar; diferencia-se do estabelecimento familiar pela origem da terra e pelo trabalho.

As análises da agricultura familiar tem sido unânimes no que diz respeito a mão de obra predominantemente familiar (gestão da propriedade compartilhada pela família, atividade produtiva agropecuária como principal fonte de renda), forte ligação com a terra onde desenvolve sua atividade que além de ser local de trabalho, é sua moradia, e inclusão dos estabelecimentos familiares nas cadeias produtivas e circuitos de comercialização no mercado.

Segundo a FAO (2013) agricultura familiar refere-se a um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens.

Em Moçambique, Siteo (2005) refere que a agricultura familiar é constituída essencialmente por pequenas explorações (aquelas que cultivam menos do que 5ha); este sector concentra 99% das unidades agrícolas e ocupa mais de 95% da área cultivada do país. Com base nestes dados será expectável que uma parte muito significativa dos alimentos que alimentam as populações rurais e urbanas sejam produzidos pela agricultura familiar (o termo de agricultura familiar neste caso, engloba as explorações que tanto privilegiam a comercialização dos produtos como a sua subsistência).

Segundo Macarrigue e Castillo (2021) a agricultura familiar moçambicana é uma atividade onde a maior parte do agregado familiar está envolvida na atividade de produção ou pelo menos um membro do agregado familiar desempenha a

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

função de administrador da propriedade, fazendo uso ou não de tecnologia moderna, na sua maioria com uso de policulturas e com objetivo principal de venda da sua produção.

2.2 Teoria da ação coletiva

Ações coletivas podem ser definidas como interações sociais entre um grupo de indivíduos que buscam interesses comuns, as quais requerem ações conjuntas e não individuais, com coordenação de esforços de dois ou mais indivíduos, cujos resultados para uma pessoa dependem da ação das outras (HARDIN, 1997; SANDLER, 2004). Com base nesta definição, Hardin (1995) afirma que as ações coletivas surgem da necessidade de coordenação, que é uma interação social quase que inevitável para que a sociedade não entre em conflito, cujo poder da liderança cria instrumentos para que a coletividade se mantenha.

Olson (1999) considera que a busca pela satisfação de necessidades torna-se impossível ou com maior nível de dificuldade se os indivíduos agem individualmente, e não coletivamente. Portanto, a Teoria da Ação Coletiva discute as razões pelas quais os indivíduos agem coletivamente, uma vez que poderiam prover suas necessidades individualmente.

Segundo Procópio (2006) a cooperação é muitas vezes entendida como uma ação colaborativa voluntária e consciente, geralmente vinculada a um objetivo comum compartilhado pelos agentes que a executam.

Segundo Tierling (2016) o termo “ação coletiva” remete ao entendimento de uma atuação grupal ou ainda um ato cometido ou provocado por duas ou mais pessoas, sendo abordado por diversas ciências, dentre elas, a jurídica, a econômica e as ciências sociais.

Segundo Nogueira, Vilpoux, Binotto (2018) a criação de associações e cooperativas tem sido destacada como uma possível solução manter a competitividade em estruturas de mercado globalmente interdependentes. Estes autores entendem que a cooperação é importante para que os agricultores familiares melhorem sua capacidade de entrar nos mercados, para reduzir os custos de transação e outras falhas de mercado.

Para Nassar (2001) a Teoria da Ação Coletiva tem origem com a obra de John R. Commons, “The Economics of Collective Action”, de 1950, que trata da Teoria dos Grupos sob argumentos políticos, onde tais grupos, como os sindicatos, as cooperativas e organizações rurais, poderiam substituir o legislativo devido à grande representatividade e maiores ganhos trazidos à sociedade.

Segundo Tierling (2016), Mancur Olson, na obra “The Logic of Collective Action”, de 1965, apresentou uma explicação econômica para a formação de grupos, ao apontar que a ação coletiva somente será praticada se os benefícios forem de difícil alcance individualmente. Wenningkamp (2015) aponta que Olson apresentou uma nova forma de pensar sobre as razões pelas quais os indivíduos participam de ações coletivas, se opondo à teoria tradicional do comportamento grupal, que presume que tanto os grupos grandes como os pequenos tendem à atrair membros pelas mesmas razões, afirmando que ambos os grupos não podem ser explicados à luz de uma mesma teoria e que os indivíduos não se unem apenas porque possuem interesses comuns, mas que, para isso, precisam de incentivos.

A obra de Olson (1999), publicada pela primeira vez em 1965, trouxe duas importantes contribuições: a provisão de bens coletivos dada pelos grupos e a existência de free riders, que expressam os indivíduos “caronas” ou “aproveitadores” existentes, os quais dificultam a atuação do grupo. Além disso, o autor analisou também a racionalidade individual versus a racionalidade coletiva, o tamanho dos grupos e os incentivos seletivos (NASSAR, 2001; WENNINGKAMP, 2015).

Na primeira obra “Governing the Commons (1990)” Ostrom (1990) propõe uma reflexão sobre os motivos que levam os indivíduos cooperarem em dilemas sociais se eles poderiam ser caronas e se aproveitar dos benefícios gerados pelos demais indivíduos do grupo.

Na sua segunda obra “Collective Action and Local Development Processes (2007)” Ostrom (2007) apresenta a reputação, a confiança e a reciprocidade como fatores que influenciam no surgimento e manutenção das ações coletivas; tais fatores, na visão da autora, são influenciados por oito variáveis estruturais: a) o número de participantes envolvidos na ação coletiva; b) a forma de divisão de benefícios coletivos (totalmente compartilhados ou subtraídos; c) a heterogeneidade dos participantes; d) a comunicação face a face; e) a forma da função de produção; f) a presença de informações sobre ações passadas; g) a forma como os indivíduos estão ligados; h) a possibilidade de os indivíduos entrarem e saírem voluntariamente do grupo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo que localiza-se na província de Gaza, no município e no distrito de Xai-Xai, perto da foz do rio Limpopo, a cerca de 200 km a norte de Maputo, e conta atualmente com 647 agricultores distribuídos em 05 associações, e 04 agroindústrias produtoras e processadoras de arroz em todo o Perímetro Irrigado.

Quanto à abordagem, este estudo se caracteriza como pesquisa qualitativa. Segundo Goldenberg (1997) a pesquisa qualitativa procura explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Nesta pesquisa se analisa a teoria da ação coletiva no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo.

Quanto aos objetivos, fez-se uma pesquisa descritiva na visão de Triviños (1987), com o intuito de descrever as formas de cooperação e os benefícios da ação coletiva no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, documental e pesquisa de campo (FONSECA, 2002), como foco para dados primários e secundários.

A pesquisa bibliográfica permitiu o levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

A pesquisa documental foi realizada com recurso a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como estatísticas governamentais,

documentos e relatórios oficiais dos agricultores e entidades envolvidas no processo de produção e comercialização de arroz, etc.

A pesquisa de campo foi realizada com intuito de obter dados sobre formas de cooperação e os benefícios da ação coletiva junto a 242 agricultores pertencentes às associações e 6 responsáveis das associações. O cálculo da amostra se baseou no modelo sugerido por (FONSECA e MARTINS, 1996). O levantamento de dados foi realizado com recurso ao guião de entrevista semi-estruturada (APÊNDICE A, Secção 2 e APÊNDICE C), onde para os agricultores abarcava perguntas abertas e fechadas e para os responsáveis das associações abarcava perguntas abertas; para tal, recorreu-se a amostragem não probabilística por acessibilidade, também denominada como amostragem por conveniência, que consiste em “selecionar os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 1999).

Os dados coletados foram descritos e interpretados à luz da Teoria de Ações Coletivas, com foco para as formas de cooperação e os benefícios da ação coletiva proporcionados aos agricultores e suas associações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Formas de cooperação

A cooperação é relevante à maior parte dos empreendimentos humanos, do jogo ao matrimônio, das transações de mercado às relações internacionais, da produção industrial à educação. A cooperação exige que os agentes, tais como indivíduos, firmas e governos, estejam de acordo com respeito a um conjunto de regras, um contrato, que deve ser então observado no decorrer da sua atividade conjunta (BINMORE; DASGUPTA, 1986). Maia e Lopes (2003) enfatizam que a comunidade rural é um espaço cultural e social mais que econômico, em que residem formas tradicionais de cooperação utilizadas de acordo com as necessidades dos indivíduos.

Na agricultura, podem ser identificados como formas de cooperação: o associativismo, a compra conjunta de máquinas e equipamentos, associações e cooperativas para comercialização conjunta e grupos ou cooperativas de trabalho coletivos ou semicoletivos.

No Perímetro Irrigado do Rio Limpopo se identificou apenas uma forma de cooperação, que é o associativismo, em todas as atividades agrícolas.

Segundo Maraschin (2004), o associativismo tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos. Sua finalidade é relacionar, de maneira democrática agentes com objetivos em comum, criando um ambiente flexível, caracterizado pelo fato de que distintos atores interagem, o que resulta num produto harmônico no estabelecimento de uma comunidade de interesses.

Para Sangalli et al. (2015) e Oliveira (2010) as associações, bem como as cooperativas, contribuem com a organização da produção familiar, de forma econômica, política, social e cultural, o que reflete uma melhora do nível de produção dos agricultores familiares.

No Perímetro Irrigado do Rio Limpopo a cadeia produtiva de arroz irrigado alberga 6 associações (Ver Quadro 1 – Associações de Produtores de Arroz no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo) em 6 localidades que produzem arroz e comercializam mediante um contrato a termo para as agroindústrias e no mercado spot.

Quadro 1 – Associações de Produtores de Arroz no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo

Localidade	Associação	Forma de cooperação	Destino da Produção
Magula	1. Associação Tsemba Kurima 2. Associação de Produtores de Magula	Associativismo	Mercado a termo
Chibonhanine	1. Associação de Produtores de Chibonhanine	Associativismo	Mercado a termo
Limpopo	1. Associação 17 de Abril	Associativismo	Mercado a termo
Languene	1. Associação 17 de Abril	Associativismo	Mercado a termo
Zongoene	1. Associação de Produtores de Soca	Associativismo	Mercado a termo
Ponela	1. Associação dos Agricultores e Regantes do Baixo Limpopo	Associativismo	Mercado a termo Mercado Spot

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

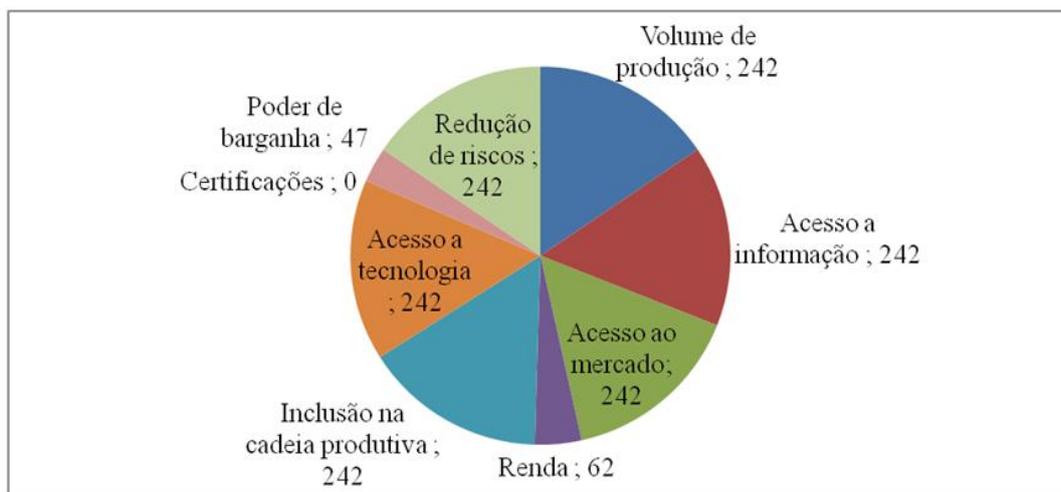
4.2 Benefícios da ação coletiva

Os principais benefícios das ações coletivas no Agronegócio do arroz no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo estão relacionados ao aumento volume de produção, acesso a informação, acesso a mercados, incremento da renda, inclusão na cadeia produtiva, acesso a tecnologia, certificações, poder de barganha e redução de riscos (Figura 7). A cooperação aqui referenciada diz respeito as atividades desenvolvidas em grupo na associação e atividades desenvolvidas em parceria com outras entidades (associações, Governo, agroindústrias, entre outros).

Para os agricultores, afiliar-se a uma associação abriu-lhes portas para ter acesso a maiores parcelas de terra, acesso a contratos com agroindústrias processadoras, e acesso aos insumos e equipamentos agrícolas, o que resultou no aumento do volume de produção, que passou do máximo de 3 ton/ha para 5 a 9 ton/ha após afiliar-se a uma associação.

Como resultados das relações de cooperação interna nas associações, os agricultores passaram a interagir com outros agricultores de outras associações, com agroindústrias, e com técnicos especializados provenientes de diversificados programas do Governo, o que lhes valeu o acesso a informação sobre a cadeia produtiva no mercado. Um dos programas mencionado é o SUSTENTA, um programa de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável (social, económica e ambiental), com intervenção em componentes estruturais de apoio à agricultura familiar como transferências de tecnologias, financiamento, mercados, planejamento e ordenamento produtivo, infra estruturação, salvaguardas ambientais e sociais e subsídio ao produtor.

Figura 1: Benefícios da ação colectiva no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo



Fonte: Resultados da Pesquisa.

A produção por contrato abriu portas para que a produção que fosse comercializada nas comunidades próximas aos campos de produção, nas famílias, porta-a-porta, com pouca transformação ou agregação de valor, passasse a ser processada por uma agroindústria e comercializada a nível nacional, o que fez com que os agricultores acessem a mercados maiores.

Com o acesso aos mercados, veio o incremento da renda, que apesar dos agricultores assumirem que a renda bruta proveniente da comercialização do arroz aumentou, acrescentam que perdem parte da renda por motivos contratuais segundo os quais, no ato da venda, o agricultor sofre descontos referentes à impurezas e humidade no arroz. Este facto fez com que os agricultores não considerem muito a questão da renda como um dos benefícios da ação coletiva no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo. Antes dos agricultores se afiliarem a uma associação, produziam para o consumo e comercializavam o excedente nas famílias circunvizinhas gerando uma renda anual menor de R\$ 2.500,00; após fazerem parte de uma associação, passaram a produzir com orientação comercial, saindo de uma agricultura de subsistência para agricultura comercial, passando a gerar uma renda anual entre R\$ 10.700,00 a R\$ 25.000,00. Fica evidente que o efeito coletivo traz benefícios econômicos de grande relevância para os produtores na visão de Zidora et al. (2018), e que os agricultores conseguem aceder a recursos que a título individual seria difícil, gerando assim vantagens competitivas e ampliando o lucro disponível como um todo na visão de (BIALOSKORSKI, 2007) e (SCHMIDT, 2010).

A questão da inclusão na cadeia produtiva se inicia a partir do momento em que o agricultor firma um contrato com uma agroindústria que produz e processa arroz, e passa a fornecer sua produção por safra. Cerca de 74% dos agricultores só conseguiram firmar contrato com uma agroindústria após fazerem parte de uma associação, os restantes 36% já tinham contrato com agroindústrias quando decidiram criar e formalizar suas associações. Segundo Bergamaschi e Almeida (2012) as ações de inclusão produtiva são muito importantes para a redução da pobreza, contribuem para a emancipação e independência financeira das famílias, possibilitando-lhes o acesso ao conhecimento, à renda e à cidadania. Nesta pesquisa, é notável a importância das associações para a inclusão na cadeia produtiva. Rodrigues e Almeida (2013) entendem que as associações contribuem

parcialmente para a inclusão produtiva e social, no sentido de que elas apenas focam para inclusão dos seus membros. O pensamento destes autores é notável nas estratégias de inclusão dos agricultores na cadeia produtiva do arroz no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo, onde todos os agricultores com contrato com alguma agroindústria são pertencentes a uma associação.

O acesso a tecnologia é um dos aspectos mencionados como benefício de ações coletivas no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo. Os agricultores são inseridos num Programa Intensivo de Transferência de Tecnologia Agrárias, no qual agroindústrias se responsabilizam em transferir tecnologias de produção (de arroz neste caso) para os produtores locais (familiares e emergentes); através da associação, agricultores tem acesso a recursos coletivos das associações, a bens públicos, assim como recursos de agroindústrias (a título de crédito), com foco nos equipamentos agrícolas, sistemas de irrigação, meios de transporte, entre outros. Associado aos contratos agrícolas, a FAO (2001) e Shepherd (2013), apontam que o acesso à tecnologia apropriada e a transferência de habilidades são parte das vantagens de ações coletivas.

No que se refere ao poder de barganha, os agricultores afirmaram que ainda não conseguiram conquista-lo em suas negociações com as agroindústrias, visto que os contratos que têm com as mesmas são de adesão, sendo por este fato não benéficos para eles. Apesar de os agricultores estarem afiliados a uma associação e agirem de forma coletiva no desenvolvimento de atividades agrícolas, procura de fontes de financiamento, entre outras, eles continuam a agir de forma individual quando vão assinar os contratos com as agroindústrias; por outra, as agroindústrias não firmam contratos de fornecimento do arroz com as associações, mas sim, com os agricultores de forma individual, mas incentivam que os agricultores sejam membros de uma associação.

Segundo Zidora et al. (2018), a negociação de vendas quando feita considerando todo o volume de produção do grupo permite melhores condições de preço e prazos, além da possibilidade da divisão de custos entre os produtores, viabilizando também a opção de uma logística integrada com alcance em mercados mais distantes; o que não acontece com os agricultores no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo, o que lhes custa o não benefício do poder de negociação com as agroindústrias. Para Ostrom (2007) o resultado socialmente ótimo é alcançado se os envolvidos cooperam entre si, no qual ocorre a busca de uma interação recíproca, baseada em confiança mútua e reputação entre os agentes envolvidos na transação.

Uma das vantagens das ações coletivas, é a redução de risco; por outra, os agricultores afiliados a uma associação têm a possibilidade de aceder a informações através de suas associações nas atividades agrícolas. Neste quesito, segundo Arias et al. (2015) e Alvarenga et al. (2019) destacam-se dois tipos de riscos agropecuários: o risco de produção e o de mercado, onde o primeiro advém de instabilidades climáticas, pragas e problemas sanitários, e o segundo está atrelado à oscilação dos preços das commodities, taxa de câmbio e taxa de juros. Já o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América - USDA classifica os riscos da agricultura a partir de cinco tipos gerais, sendo eles: risco de produção, risco de preço ou mercado, risco financeiro, risco institucional e risco humano ou pessoal (USDA, 2020). Destes, as ações coletivas no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo ajudam os agricultores a controlar os riscos de mercado através do contrato formal de fornecimento de arroz com as agroindústrias. Os riscos de

produção não têm sido muito considerados pelos agricultores, exemplo disso é o facto de todos agricultores não ter qualquer tipo de seguro agrícola.

5 CONCLUSÃO

O objetivo central desta pesquisa foi analisar as formas de cooperação e os benefícios da ação coletiva em agricultores familiares de arroz no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo em Moçambique.

Dentre as diferentes formas de cooperação, na cadeia produtiva do arroz, a que mais se destaca no Perímetro Irrigado do Rio Limpopo é o associativismo, albergando 6 associações em 6 localidades que produzem arroz e comercializam mediante um contrato a termo para as agroindústrias e no mercado spot.

A ação coletiva ajuda os agricultores a aumentar o volume de produção, obtenção de maiores parcelas de terra, acesso a participação em programas de transferência de habilidades agrárias, sementes e equipamentos agrícolas; a obter informações que dificilmente teriam acesso atuando de forma individual; a aceder a mercados maiores e ser incluídos na cadeia produtiva através do contrato de fornecimento de arroz com as agroindústrias; a aumentar a sua renda, mesmo que assumam não ser o desejável devido aos descontos que sofrem referentes a impurezas e humidade no arroz; a ter acesso a tecnologia e recursos tanto da associação em que fazem parte, dos programas do Governo, assim como das agroindústrias com as quais tem contrato; e a reduzir os riscos de mercado, principalmente resultantes da instabilidade dos preços.

No Perímetro Irrigado do Rio Limpopo, cadeia produtiva de arroz, a ação coletiva não tem ajudado os agricultores a obter certificações do seu produto, assim como a reduzir os riscos de produção, relacionados ao clima, doenças, pragas.

A contribuição deste trabalho refere-se a renovação da noção dos benefícios das ações coletivas no contexto da agricultura familiar.

As implicações dos resultados encontrados se prendem na necessidade de olhar para ações coletivas não somente no sentido do associativismo e benefícios para os associados, por outra, há que considerar a necessidade de explorar as formas de ações coletivas na sua plenitude, e alargar os benefícios para a comunidade e não somente para os membros das associações.

Para próximos estudos sugere-se que se analise dos motivos que determinam a escolha do modelo de ação coletiva, no sentido de chamar a atenção dos agricultores para a necessidade de agir coletivamente em sua plenitude, considerando todas as formas de formas de cooperação mencionadas neste trabalho.

Benefits of collective action in family farming: a study in the irrigated perimeter of the Limpopo River, Gaza, Mozambique

ABSTRACT

This research sought to analyze the forms of cooperation and the benefits of collective action among family rice farmers in the Irrigated Perimeter of the Limpopo River in Mozambique. In methodological terms, qualitative research was carried out, using secondary data resulting from bibliographical and documentary research, and primary data from the application of a questionnaire to a sample by accessibility of 242 family farmers and the application of an interview to 6 heads of farmers' associations, with the aim of describing and explaining the forms of cooperation and benefits of collective action in these groups. The results show that there is cooperation in the region under analysis, resulting from associativism in agricultural activities, which generates benefits for farmers in terms of access to technology and resources, increased production volume, access to information, inclusion in the production chain, accessing larger markets, increasing income, and reducing market risk. Furthermore, it was clear that such cooperation has not helped family farmers to obtain certification for their product, as well as to reduce production risks related to climate, diseases, pests.

KEYWORDS: associativism, cooperation, farmers, agroindustries.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M.D.; BUANAIN, A.M., SILVEIRA, R.L.F. Identificação dos Riscos na Produção de Flores e Plantas Ornamentais: evidências a partir da região de Holambra/ SP. In: 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 57. Agricultura, alimentação e desenvolvimento. Ilhéus, [s.n], 2019.

ARIAS, D.; MENDES, P.; ABEL, P. (Orgs.). Revisão rápida e integrada da gestão de riscos agropecuários no Brasil: caminhos para uma visão integrada. Brasília: Banco Mundial; Mapa; Embrapa, 2015. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/142661/1/Revisao-rapida-e-integrada-dagestao.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2022.

BERGAMASCHI, L. B.; ALMEIDA, C. A. Serviço de inclusão produtiva: uma análise da percepção dos participantes sobre o trabalho. In: ZORZAL, A. C. N. (org.). Revista da II Jornada Científica da Assistência Social de Vitória. Vitória: PMV, 2012. p. 37-50. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/download.php?tipo=1&id=792>. Acesso em Fevereiro de 2022

BIALOSKORSKI, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 01, p. 119-138, jan/mar 2007 – Impressa em Março 2007.

BINMORE, K.; DASGUPTA, P. Game theory: a survey. In: BINMORE, K.; DASGUPTA, P. (Ed.). Economic Organizations as Games. New York: Blackwell, 1986. p. 1-45

CARNEIRO, M.J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (Orgs.). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

FAO. Contract farming Partnerships for growth. Rome. 2001. Disponível em: www.fao.org/docrep/014/y0937e/y0937e00.pdf. Acesso em Fevereiro de 2022.

FAO. statistical yearbook 2013 world food and agriculture. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome p. 307, 2013.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.21, nº 62 São Paulo, Out. 2006.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, J.S.; MARTINS, G.A. Curso de estatística. 6.ed. São Paulo : Atlas, 1996. 320p.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997

HARDIN, R. One for All: The Logic of Group Conflict. Princeton: Princeton University Press, 1995.

KAGEYAMA, A.A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, n. 1, p. 105-122, 2013.

LAMARCHE, H. (Coord). A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

MACARRINGUE, A.J.S. e CASTILLO, R.A. As políticas públicas agrárias e suas implicações na agricultura familiar em Moçambique. XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 2021.

MAIA, C.; LOPES, M. Formas tradicionais de solidariedade camponesa no Vale do Jequitinhonha. Unimontes Científica, Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003.

MARASCHIN, A. F. As relações entre produtores de leite e cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa, RS, 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARASSIRO, J. M. OLIVEIRA; M.L.R.; PEREIRA, G.P. Agricultura familiar em Moçambique: Características e desafios. Research, Society and Development, v. 10, n. 6, 2021.

MATTEI, L. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 49, 2011, Belo Horizonte (MG), Anais... Belo Horizonte (MG): SOBER, 2011.

NASSAR, A. M. Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros. São Paulo. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Administração, São Paulo, 2001.

NOGUEIRA, M. A. ; VILPOUX, O. F. ; BINOTTO, E. Brazilian settlers from agrarian reform in the Midwest region of Brazil: Factors involved in collective action through cooperatives and associations. *Journal of Co-operative Organization and Management* , v. 6, p. 111-123, 2018.

OLIVEIRA, A.R. O associativismo na região do pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

OLSON, M. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. EUA: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. *Collective Action and Local Development Processes*. *Sociologica*, Bologna, v. 3, 2007.

PICOLOTTO, E.L. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura Sociedade), CPDA/ UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PROCÓPIO M. L. *Cooperação e organização: como uma idéia pode ajudar a entender a outra?* EnANPAD, 2006.

Rodrigues, R. H. P., & Almeida, P. C. de. *A Contribuição das Associações na Inclusão Produtiva e Social dos Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Fortaleza*. *Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado*, 3(07), 155–202. 2013.

SANDLER, T. *Global Collective Action*. University of Southern California: Cambridge, 2004.

SANGALLI, A.R.; SILVA, H.C.H.; SILVA, I.F.; SCHLINDWIEN, M.M. *Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em Dourados (MS), Brasil*. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 17, n. 2, p. 225- 238, 2015.

SANTOS, M.J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, Nº 44, 2001.

SCHMIDT, C. M. Tese de doutorado - Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do vale dos vinhedos. São Paulo. 2010.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR. Associações Rurais – Práticas associativistas, características e formalizações. Brasília. 2011.

SHEPHERD, A. W. An introduction to contract farming. Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation (ACP- EU). Abidjan – Costa de Marfim. 8p. 2013.

SITOE, T. A. A. Agricultura familiar em Moçambique. Estratégias de desenvolvimento sustentável. Maputo, 2005

TIERLING, I. M. B. M., & SCHMIDT, C. M. Ação coletiva e criação de valor: um estudo na associação de produtores de Corumbataí do Sul (PR). Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional, 13(2), 2017.

TIERLING, I.M.B.M. Ação coletiva no contexto da agricultura familiar: um estudo na associação de produtores de Corumbataí do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio), Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do este do Paraná – UNIOESTE, Toledo, 2016.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

USDA – United States Department of Agriculture (2020). Risk Management: Risk in Agriculture. disponível em: <https://www.ers.usda.gov/topics/farm-practices-management/riskmanagement/risk-in-agriculture/>. Acesso em Fevereiro de 2022.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.

WENNIGKAMP, K. R. Ações coletivas no agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil (1990 a 2013). Toledo, 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade do Oeste do Paraná.

ZIDORA, C. B. M.; ROCHA JR. W. F.; RIBEIRO, M. C. P.; SILVA, D. L. O papel dos contratos e das ações coletivas na produção e comercialização do milho em Moçambique. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 461-478, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em Fevereiro de 2022.

Recebido: 03 nov. 2024.

Aprovado: 27 nov. 2024.

DOI: 10.3895/rbpd.v14n2.16615

Como citar: NDAVA, A. O.; CUNHA, C. A. Benefícios da ação coletiva na agricultura familiar: um estudo no perímetro irrigado do Rio Limpopo, Gaza, Moçambique. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 14, n. 02, p. 517-532, mai./ago. 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Alex Orlando Ndava

3453 Avenida Julius Nyerere, Maputo, Moçambique

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

